

Folha de São Paulo, Paineis de leitores online, 27/07/06

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/paineldoleitor/ult3751u70.shtml>

## Amazônia

"O editorial 'Energia na Amazônia' (24/7) retratou um debate muito importante para o futuro da região amazônica e do país. Discutiu-se os planos hidrelétricos para os rios Madeira e Xingu mas, no caso das barragens planejadas para o rio Xingu, transmitiu um quadro equivocados sobre os prováveis impactos e benefícios. Afirmou com relação às duas barragens no rio Xingu, propostas nos anos 1980, Cararaó (hoje Belo Monte) e Babaquara (hoje Altamira), que 'o plano megalomaniaco foi abandonado'. Infelizmente, esses planos não foram abandonados de maneira alguma, apesar da redução do tamanho do lago e da potência da primeira barragem (ver meu trabalho na revista 'Ciência Hoje' de abril de 2006). A segunda barragem planejada, apenas rebatizada de 'Altamira', permanece com um reservatório de 6.140 km<sup>2</sup> (o dobro da notória hidrelétrica de Balbina), tudo a ser instalado em floresta tropical e, em grande parte, em área indígena. Esta segunda barragem, de acordo com o Plano Decenal da Eletrobrás, seria completada sete anos após a conclusão de Belo Monte, apesar do EIA/RIMA de Belo Monte ter sido reescrito para apresentar a primeira barragem como se fosse uma obra isolada, para fins de obter um rápido licenciamento ambiental. O plano completo, com as duas (ou mais) hidrelétricas, terá impactos ambientais e humanos muito maiores.

O lado dos benefícios retratado no editorial também é equivocados, dando a impressão de que a Belo Monte é necessária, pois afirma que os megawatts a serem gerados 'são cruciais para evitar déficit de energia', e que Belo Monte está entre os empreendimentos 'imprescindíveis para evitar o pior'. Ainda menciona 'o fantasma de novos apagões' e opina que 'O Brasil, ao que tudo indica, precisa dessa energia'. Felizmente, nada disso é o caso com relação à Belo Monte. A imagem da região Sul-Sudeste à luz de vela, como no apagão de 2001, tem pouco a ver com Belo Monte. Devido ao alto custo da linha de transmissão até São Paulo, os planos para uso da energia do rio Xingu têm evoluído para direcionar o grosso para as indústrias de alumínio e alumina no próprio Pará. Usar a energia no Estado de origem pode parecer uma mudança socialmente benéfica, só que se trata de uma indústria que consome vastas quantidades de eletricidade subsidiada em troca de um número minúsculo de empregos criados no Brasil. Usinas de alumínio criam apenas 2,7 empregos por cada gigawatt-hora que consomem, e a vila de Barcarena (onde se instalaram as usinas japonesas/ brasileiras que consomem grande parte da energia de Tucuruí) usa mais energia do que a cidade de Belém. O Brasil fica com os impactos ambientais, o custo das hidrelétricas, e a conta de um subsídio tarifário que já totaliza muitos bilhões de reais, enquanto o grosso dos benefícios financeiros e de emprego são exportados (ver o livro 'Tenotã-mô', lançado em 2005, disponível grátis em [http://www.irn.org/programs/\\_archive/latamerica/pdf/TenotaMo.pdf](http://www.irn.org/programs/_archive/latamerica/pdf/TenotaMo.pdf)

O debate entre o meio ambiente e a energia na Amazônia previsto pelo editorial é prematuro, particularmente com relação ao rio Xingu. Primeiro precisa-se de um debate sobre o que o Brasil faz com a energia que tem. Precisa-se deixar de entregar para o mundo energia subsidiada, com um enorme impacto ambiental embutido, na forma de lingotes de alumínio. Precisa-se, também, levar a conservação energética a sério, deixando por exemplo de desperdiçar eletricidade em aquecer água em chuveiros elétricos—um dos métodos mais ineficientes energeticamente para ter um banho quente, quando comparado ao aquecimento a gás ou, melhor, a energia solar."

**PHILIP M. FEARNside**, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Manaus, AM)

**Resposta da Redação** - O pesquisador discorda do 'Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015', e não exatamente do editorial. Ele erra ao afirmar que a segunda hidrelétrica do Xingu (Babaquara/Altamira) esteja prevista nesse plano decenal, quando não está.

CARTA A FOLHA 27/07/06:

Prezados(as) Senhore(as),

Com relação à “Resposta da Redação” publicada junto à minha carta sobre hidrelétricas na Amazônia (FSP online 27/07/06), na verdade eu discordo com o editorial e também com o plano da ELETROBRÁS. As afirmações de que Belo Monte é “necessária”, “imprescindível”, etc., são do editorial.

É bom esclarecer que o plano original da ELETROBRÁS era para construir a Hidrelétrica Babaquara/Altamira até 2013, ou seja, sete anos após a Belo Monte pelo cronograma na época. O cronograma vem sendo adiado sucessivamente ao longo dos anos, mas as obras não deixam de ser parte dos planos do setor. O *Plano Decenal 2006-2015* se restringiu a dar informações apenas para usinas previstas para entrar em operação antes do final do período do plano (2015), o que não é mais o caso para Babaquara/Altamira. Portanto, a falta de menção neste último plano decenal não significa que não esteja sendo planejado para o ano indicado na minha carta (2013+7=2020). De fato, verbas para um estudo de viabilidade atualizado desta obra foram incluídas no atual orçamento da união. Apresentações públicas da ELETROBRÁS continuam incluir a Babaquara/Altamira como uma obra planejada. Na verdade, o *Plano Decenal 2006-2015* até deixou escapar nas entrelinhas que os 5.500 MW a serem instalados em Belo Monte durante o prazo do Plano são apenas uma “1ª etapa” (pág. 94). O implícito é que o restante dos 11 mil MW (pág. 75) representa a segunda etapa, que somente seria viável com a regulação da vazão do rio Xingu quando a barragem Babaquara/Altamira for construída rio acima. Ver <http://philip.inpa.gov.br> para mais informações sobre esta e outras hidrelétricas amazônicas.

Atenciosamente,  
Philip Martin Fearnside